



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES

**PROJETO DE LEI N.º 07/2020**

*Dispõe sobre medidas administrativas a serem adotadas no âmbito do Poder Executivo do Município de Luiz Alves para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus - COVID-19.*

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES**, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a adotar medidas administrativas para regulação de pessoal com vistas ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do *coronavírus* - COVID-19.

**Parágrafo único.** As medidas administrativas autorizadas pela presente norma visam compatibilizar a necessidade de equilíbrio entre as contratações administrativas, compreendidas como política pública de proteção social e de garantia de renda, e o desafio de manutenção do equilíbrio financeiro e orçamentário do Município de Luiz Alves.

**Art. 2º** Entre as medidas referentes à gestão de pessoal, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a determinar:

I – a concessão unilateral das seguintes medidas administrativas:

- a) licença prêmio, caso tenham sido preenchidos os requisitos legais para sua fruição;
- b) férias coletivas ou férias normais individuais;
- c) férias antecipadas, para servidores públicos que ainda não tenham cumprido o período aquisitivo.

II - alterações na forma de cumprimento de jornada de trabalho, mediante a:

- a) instituição de modalidade de trabalho remoto (*home office*);
- b) redução e flexibilização de jornada de trabalho, sem redução de remuneração;
- c) fixação de escalas de trabalho diferenciadas;
- d) instituição de banco de horas (positivo ou negativo) para compensação em data futura.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES**

III – o deslocamento provisório de servidores, nas seguintes modalidades:

- a) designação para lotação provisória em outros órgãos da Administração Pública Municipal;
- b) deslocamento para composição de força de trabalho junto a órgão público diverso, integrante ou não da Administração Pública Municipal.

IV – a suspensão ou extinção dos contratos de trabalho dos servidores admitidos em caráter temporário (ACT's), assegurada a percepção de 50% (cinquenta por cento) da remuneração contratada no caso de suspensão;

V - a suspensão ou extinção dos contratos dos termos de compromisso de estágio.

§ 1º A fixação de regime de cumprimento de jornada de trabalho na modalidade de trabalho remoto (*home office*), prevista na alínea “a” do inciso II deste artigo, não gerará horas extraordinárias, tampouco poderá ser aplicada ao regime de banco de horas.

§ 2º As medidas de instituição de banco de horas, prevista na alínea “d” do inciso II deste artigo, e de deslocamento para composição de força de trabalho, prevista na alínea “b” do inciso III deste artigo, dependem da edição prévia de decreto regulamentar para serem implementadas.

§ 3º Na hipótese de suspensão de servidores contratados por tempo determinando, prevista no inciso IV deste artigo, em se tratando de profissionais do Magistério e da Educação, vinculados à Secretaria Municipal de Educação, a suspensão se dará pelo tempo de suspensão das aulas presenciais, sendo que a remuneração paga nesse período deverá ser considerada como banco de horas negativo, nos termos de decreto regulamentar.

§ 4º Durante o período de suspensão dos termos de compromisso de estágio, referente no inciso V deste artigo, fica igualmente suspenso o pagamento de quaisquer benefícios dele decorrentes, garantida a manutenção do seguro em favor do estagiário, consoante ao inciso IV do artigo 9º da Lei Federal n.º 11.788, de 25 de setembro de 2008.

§ 5º As ações adotadas com base na presente legislação são efetuadas sempre a título precário e não geram qualquer direito adquirido ao servidor.

**Art. 3º** O Chefe do Poder Executivo editará os decretos necessários à regulamentação e operacionalização do disposto nesta Lei.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES**

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigora na data de sua publicação e destina-se a regular os atos administrativos a praticados na vigência da situação de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do *coronavírus* - COVID-19.

**Art. 5º** Ficam convalidados os atos administrativos praticados anteriormente à sua promulgação, desde que compatíveis com o que nela está disciplinado.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de abril de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,  
Em, 24 de abril de 2020.

**MARCOS PEDRO VEBER**  
Prefeito Municipal



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES**

**JUSTIFICATIVA**

Nobres Vereadores,

Encaminho para a apreciação de Vossas Excelências o **Projeto de Lei n.º 07/2020**, que *“dispõe sobre medidas administrativas a serem adotadas no âmbito do Poder Executivo do Município de Luiz Alves, para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus - COVID-19”*.

O presente Projeto de Lei tem por objetivo autorizar o Chefe do Poder Executivo Municipal a adotar medidas administrativas e criar elementos de regulação de pessoal, de modo a compatibilizar as necessidades da Administração Pública e o equilíbrio entre as contratações, atento a política pública de proteção social e de garantia de renda, somado ao desafio de manutenção do equilíbrio financeiro e orçamentário do Município de Luiz Alves, excepcionalmente neste momento de crise de nível mundial decorrente da pandemia do *coronavírus* – COVID-19.

Em sendo assim, destaco que as medidas ora propostas por meio deste Projeto de Lei são necessárias para dar cumprimento à Lei Federal n.º 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que *“dispõe sobre as medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus”* e o Decreto Estadual n.º 562, de 17 de abril de 2020, que declara estado de calamidade pública em todo o território catarinense para fins de enfrentamento à COVID-19, sobretudo no que tange as determinações de quarentena, afastamento de servidores que estão no quadro de risco e suspensão de determinados serviços públicos, sem comprometer o erário e garantindo a legalidade na gestão de pessoas.

Isso porque, além do risco iminente à saúde pública, a pandemia decorrente do *coronavírus* – COVID-19 culminou em uma grave crise econômica sem perspectivas de breve recuperação e consequente queda na arrecadação de receita pública, o que acarretará, possivelmente, no comprometimento no orçamento público atual.

Portanto, destaco que as medidas acima propostas são de caráter excepcional e emergencial diante do cenário crítico atual que todos estão enfrentando e necessárias para a preservação da saúde pública, do equilíbrio financeiro da Administração Municipal, bem como para garantir que os servidores municipais sejam assistidos, mesmo diante da crise e na diminuição de seus trabalhos por meio de formas alternativas de trabalho, como por exemplo, pelo sistema remoto (*home office*) ou redução e



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES**

flexibilização de jornada de trabalho, garantida a sua remuneração, escalas de trabalho diferenciadas e a instituição de banco de horas.

Além disso, a Lei em análise possibilitará a antecipação de férias dos servidores, a suspensão do contrato de trabalho de servidores admitidos em caráter temporário – ACT's, garantida a percepção de 50% (cinquenta por cento) de sua remuneração.

Diante do exposto, solicito a aprovação do presente Projeto de Lei, tendo em vista a relevância da matéria. Com a certeza do pronto atendimento de Vossas Excelências, colho esta oportunidade para reiterar protestos da mais alta estima e elevada consideração.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,  
Em, 24 de abril de 2020.

**MARCOS PEDRO VEBER**  
Prefeito Municipal



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES**

**OFÍCIO N.º 52/2020 - GP**

Luiz Alves/SC, 24 de abril de 2020.

**Assunto: Encaminha o Projeto de Lei n.º 07/2020.**

Prezado Presidente,

Encaminho o Projeto de Lei n.º 07/2020, que “*dispõe sobre medidas administrativas a serem adotadas no âmbito do Poder Executivo do Município de Luiz Alves, para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus - COVID-19*”, a fim de que este seja apreciado e votado, por essa Egrégia Casa Legislativa, em **REGIME DE URGÊNCIA E VOTAÇÃO ÚNICA**, conforme artigo 31 da **Lei Orgânica do Município**, haja vista que a matéria objeto do presente Projeto de Lei é de interesse público relevante.

Respeitosamente,

**MARCOS PEDRO VEBER**  
Prefeito Municipal

*Exmo. Sr.*  
**Saulo Brás Will**  
*Presidente da Câmara Municipal de Vereadores*  
**NESTA**